



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS PÚBLICAS - BACHARELADO

COMO INTERESSE E CONFLITO APARECEM NOS MODELOS DE FLUXOS
MÚLTIPLOS E COALIZÃO DE DEFESA?: CASOS ILUSTRATIVOS NO BRASIL

LEANDRO RODRIGUES DE SOUZA

GOIÂNIA

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS POLÍTICAS PÚBLICAS - BACHARELADO

COMO INTERESSE E CONFLITO APARECEM NOS MODELOS DE FLUXOS
MÚLTIPLOS E COALIZÃO DE DEFESA? CASOS ILUSTRATIVOS NO BRASIL

LEANDRO RODRIGUES DE SOUZA

Monografia apresentada como
pré-requisito para aprovação na
disciplina Trabalho Final de Curso
dois, da Faculdade de Ciências
Sociais / Políticas Públicas

Orientadora Dra Fabiana da Cunha
Saddi

GOIÂNIA
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS POLÍTICAS PÚBLICAS - BACHARELADO

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter concedido força, amigos e uma família que sempre me ajudou a alcançar meus objetivos. Em especial minha esposa Patrícia Bernardes pela paciência e companheirismo, meus filhos Rhaianny Bernardes, Leandro Filho e Izabely Judith por serem a corda do meu coração. Agradeço aos meus grandes amigos que tanto me apoiaram Nilson Filho, Ayrton Silva, João Otávio e Italo Yuri; a minha tia e sua família Gleicy Heloisy, Carlos Roberto, Gabriel Quirino e João Carlos por estarem prontos para dar força nas horas mais difíceis, também a Dna Aparecida Felix por toda ajuda e compreensão.

Agradeço a esta universidade, e todo seu corpo docente, direção e técnicos administrativos que trabalham tanto para que nossos sonhos se realizem. Agradeço à minha Orientadora Dra Fabiana Saddi pela gentileza e generosidade de me orientar com tanto carinho e paciência. E a todos que participaram dessa minha trajetória.

Dedico esta monografia a minha mãe Divina Rodrigues mãe solteira como tantas outras deste Brasil, que sempre trabalhou muito para me criar. Mãe este trabalho é para a senhora.

A política é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeiras. Tal esforço exige, um tempo, paixão e senso de proporções. É perfeitamente exato dizer – e toda experiência histórica o confirma – que não se teria jamais atingido o possível, se não houvesse tentado o impossível.

Max Weber

RESUMO

Este trabalho justifica-se pela importância desses dois modelos aqui estudados Coalizão de Defesa e Fluxos Múltiplos, bem como pela relevância dos elementos interesses e conflito na análise das políticas públicas. Estes modelos integram a abordagem pós-positivista, que critica a análise dos positivistas¹, e focaliza os seus estudos nos modelos de análise clássicos da História, Ciências Sociais e Geografia para estudar a política pública, como por exemplo: Public Choice, Análise de Classe, Pluralismo, Corporativismo, Neoinstitucionalismo e Estadismo. Em meio a este emaranhado de abordagens para explicar a política pública pode-se extrair conclusões gerais que nos ajuda a entender a importância de se estudar os elementos como interesse e conflito para entender como é "dada" a ação do Governo.

O objetivo geral deste trabalho é identificar como os elementos interesse e conflito aparecem nos modelos Fluxos Múltiplos e Coalizão de defesa. Para isso partimos da hipótese de que os modelos de fluxos múltiplos e coalizão de defesa possuem conceitos suficientes para que se possam identificar os interesses e conflitos dos atores da política pública e analisar como eles agem. O método utilizado foi de estudo de casos ilustrativos (Hayes et al, 2015) de uso desses dois modelos no Brasil, e de uso ou tratamento das categorias conflito e interesses. Existem vários tipos de estudos de casos com pequena amostra, como o de tipo exploratório, combinativo, crítico e ilustrativo. Este último é o tipo que se adota neste trabalho.

Os resultados obtidos mostram que os elementos de interesse e conflito aparecem em todos os artigos estudados nesta pesquisa, mas de forma diferente em cada modelo. Enquanto que no modelo de fluxos múltiplos os elementos não ganharam uma atenção específica dos autores; no modelo de coalizão de defesa os elementos foram tratados como parte central da análise.

¹ A abordagem positivista tem um foco na policy analysis prescritiva, utilizando ferramentas da ciência econômica em especial da economia do bem-estar na aplicação das análises de políticas públicas.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – POLÍTICA PÚBLICA: DEFINIÇÕES	9
CAPÍTULO 2 – MODELOS DE ANÁLISE: FLUXOS MÚLTIPLOS E COALIZÃO DE DEFESA	12
2.1. O Modelo de Fluxos Múltiplos	12
2.2. O modelo de Coalizões de Defesa	16
CAPÍTULO 3 – COMO OS CONCEITOS DE INTERESSE E CONFLITO APARECEM NOS MODELOS DE FLUXOS MÚLTIPLOS E COALIZÃO DE DEFESA?	21
3.1. Interesse e conflito	21
3.2. Os Modelos de Fluxos Múltiplos e Coalizões de Defesa - como interesse e conflito aparecem nos modelos?	24
CAPÍTULO 4 – CASOS ILUSTRATIVOS DE APLICAÇÃO DOS MODELOS DE FLUXOS MÚLTIPLOS E COALIZÕES DE DEFESA NO BRASIL	29
4.1 Busca e seleção de casos na literatura	29
4.2 Artigos selecionados que utilizam Fluxos Múltiplos	30
4.2.1 Formulação de Política Pública: Análise do Projeto Teia à Luz do Modelo dos Fluxos Múltiplos de Kingdon	30
4.2.2 A instituição da Reserva de Vagas na universidade pública brasileira: os meandros da formulação de uma política	33
4.2.3 A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local a nacional	34
4.3 Artigos Coalizão de Defesa	36
4.3.1 Política Habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida	36
4.3.2 Coalizões de Advocacia e Estratégias de na visão do Código Florestal	37

4.3.3. A Política Científica e Tecnológica de Santa Catarina: análise a partir do modelo coalizão de defesa	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6. REFERÊNCIA	43

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho realiza um estudo dos modelos analíticos de políticas públicas (Fluxos Múltiplos e Coalizões de Defesa), a fim de expor seus principais elementos e conceitos, e verificar como essas teorias trata os elementos: interesses e conflitos no Brasil. Para isso será utilizado para ilustrar estudos de artigos brasileiros, trazendo a tona os interesses e conflitos existentes no processo da política pública.

Este trabalho justifica-se pela importância desses dois modelos, bem como dos conceitos de interesses e conflito para estudos das políticas públicas. Estes modelos integram a abordagem pós-positivista, que critica análise tecnocrática dos positivistas, e focalizam os seus estudos nos modelos de análise clássicos da História, Ciências Sociais e Geografia para estudar a política pública, como por exemplo: Public Choice, Análise de Classe, Pluralismo, Corporativismo, Neoinstitucionalismo e Estadismo. Em meio a este emaranhado de abordagens para explicar a política pública pode-se extrair conclusões gerais que nos ajuda a entender a importância de se estudar os elementos como interesse e conflito para entender como é "dada" a ação do Governo, Howlett, Ramesh e Perl. (2013).

Em cada um dos arcabouços teóricos da política, que procuram fazer sentido são abordados três elementos essenciais, se bem que de forma diferente. Em primeiro lugar, o entendimento da política exige algum conhecimento sobre os *atores* que levantam as questões, estabelece as opções, tomam decisões em relação às opções propostas e as programam. Esses atores são vistos como sujeitos que tentam promover seus próprios interesses, apesar de serem influenciados pelas circunstâncias do ambiente que os cercam. Em segundo lugar, os *insights* políticos dependem do valor que se dá às idéias que moldam as deliberações políticas. Essas idéias podem variar desde pontos de vista mais particulares e autointeressados até sistemas de crenças amplamente sustentados que persistem através do tempo. E, em terceiro lugar, a *policy-making* acontece no bojo de um conjunto de *estruturas* sociais e políticas, que afetam as deliberações sobre o que deve ser feito. É possível enxergar se essas estruturas como Arenas que estabelecem as "regras do jogo" para competição entre os diferentes interesses e o choque das diferentes idéias. Também pode se considerar essas estruturas como sujeito da iniciativa política, dando foco para o debate sobre como governar melhor uma sociedade, sustentar melhor uma economia, ou expressar melhor uma cultura. (HOWLETT; RAMWSH; PERL, 2013, p. 55).

Este trabalho está dividido em quatro capítulos e mais as considerações finais. No primeiro capítulo é discutido como se deu a definição de política pública e qual é a importância dos elementos interesse e conflito para seus estudos. No segundo é especificado

os principais conceitos dos modelos de fluxos múltiplos e coalizão de defesa. No terceiro capítulo é realizado um exercício de como os elementos de interesse e conflito podem ser trabalhados nos dois modelos. No quarto capítulo é utilizado para ilustrar como aparecem os elementos de interesse e conflito nos modelos fluxos múltiplos e coalizão de defesa, seis artigos que usam esses modelos para estudar políticas públicas no Brasil; e por fim, os resultados obtidos e discutido nas considerações finais.

CAPÍTULO 1 – POLÍTICA PÚBLICA: DEFINIÇÕES

Antes de realizar um estudo sobre políticas públicas é necessário conceituá-la. A política pública é uma ação ou um conjunto de ações do Governo, realizadas por atores políticos, que prevêm a solução de problemas pré-definidos, observando sempre as restrições do Estado (Howlett et. tal. , 2013). Para Thomas Dye política pública é “tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer” (Dye, 1972, p.2). Essa definição de Dye separa três pontos importantes para entendermos o que é política pública: o primeiro ponto é a definição do agente de políticas públicas que é o Governo, ou seja, quem pode realizar políticas públicas é somente o Governo sendo que este tem poder de representar o desejo da população. Mesmo que existam ONGs, instituições, associações e fundos privados que realizam projetos sociais, visando disponibilizar serviço à população, mas como essas não têm legitimidade para representar as vontades da população, suas atividades não se caracterizam como uma política pública.

O segundo ponto é o poder de decisão do governo de fazer ou não fazer algo para solucionar determinados problemas, ou seja, mesmo que após a deliberação dos atores políticos dentro do governo, estes decidam deixar uma determinada questão continuar sem interferência do Governo já se caracteriza como uma política pública. Por exemplo, se o Governo decide que não deva criar imposto para empresas de tecnologias, incentivando assim um aumento dos empreendimentos nessa área já se caracteriza uma política pública, desde que isso seja consciente. Esse é o terceiro ponto para caracterizar uma política pública. O Governo deve ter uma determinação consciente, pois se determinada ação do governo leva a uma consequência que não foi previamente discutida ou intencionada não se caracteriza por uma política pública. Por exemplo, a proibição da venda de entorpecentes como a maconha e outros, indiretamente incentiva o tráfico de drogas, logo isso não quer dizer que o Governo deseja incentivar o tráfico, pois isso não foi intencionalmente discutido é só um efeito indesejado ou efeito colateral da política pública Howlett et. tal. (2013).

Outra definição que ajuda a completar a de Thomas Dye é a definição de políticas públicas de William I. Jenkins, esse autor define política pública como:

Um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los dentro de uma situação específica em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores (JENKINS, 1978, citado por HOWLETT et. tal. 2013, p. 8).

Os pontos importantes que complementam a definição de Dye são: entendimento de que a política pública em vez de ser uma ação isolada é um conjunto de ações inter-relacionadas o que pode ser tomadas por diversas áreas do governo em conjunto. Por exemplo, uma política contra a violência doméstica pode ser realizada pela pasta de segurança pública em conjunto com programas na área de educação, ou seja, esse tipo de política pública é uma ação conjunta de órgãos do poder executivo que tomaram várias medidas, cada um, de acordo com sua competência para solucionar o citado problema público. Outro ponto importante na definição de Jenkins são os limites ou dificuldades que o Governo encontra para implementar uma política pública, por exemplo, a interferência de grupos de interesse que pode dificultar a ação do governo por meios políticos ou não, outro exemplo é manifestações da população contra o aumento do combustível impedem a criação de novos impostos neste setor. Outra forma de interferência é a greve do capital, que nada mais é do que investidores ou grupos de investidores que deixam de investir no país pelo motivo do governo ter reduzido os juros que beneficia certos investidores. Essas são algumas das ações externas ao governo, que acaba limitando a sua ação de forma que uma política pública não é simplesmente a livre vontade de despedida do governo.

Partindo dessas definições de política pública pode-se ver qual é o objeto de estudo das Políticas Públicas, que de um grosso modo; é, estudar os fenômenos de uma forma bem ampla e multidisciplinar; ou seja, o estudo de políticas públicas não deve; somente, focalizar na tomada de decisão dos atores políticos, sendo que estes não expressam os seus desejos da forma que bem entendem. Nas políticas públicas há todo um conflito de interesses e interferência dos limites institucionais do Estado, tornando os estudos das Políticas Públicas complexos; isto é, para reconhecer um problema, decidir qual ação tomar, identificar uma solução e definir qual a melhor forma de aplicá-la. Deve-se primeiro analisar os atores políticos, grupos da sociedade civil, grupos de interesses de empresa privada ou ONGs, que interferem direta ou indiretamente nas políticas públicas, verificando assim, seus impactos e *outcomes* (resultados) na sociedade, para assim identificar possíveis erros e solucioná-los; ou seja, um ciclo contínuo e profundo de análise, Howlett et al. (2013); Sharkansky, (1971).

Segundo Howlett et al. (2013) e como já foi mencionada acima os estudos sobre políticas públicas podem ser influenciados de acordo com os quadros de referência (frameworks ou modelos) que é, o que os analistas utilizam para viabilizar suas pesquisas, ou seja, os estudos podem ser divididos de acordo com foco e o tipo de pesquisas dos analistas.

Esses estudos podem ser divididos em dois grupos. Os que acreditam que análises de políticas públicas podem ser realizadas de uma forma direta e racional, utilizando-se de métodos quantitativo para busca e análise dos dados como; por exemplo, questionários, tabelas, gráficos e outros, para identificar problemas de desperdícios dos recursos públicos, dando foco maior aos resultados das políticas públicas, esses estudos são reconhecidos como análise positivista pela forma objetiva do seu estudo.

Outro grupo acredita que a análise de políticas públicas deve adotar técnicas interpretativas e mais subjetivas, para ajudá-los a verificar e criticar ações do governo. Esse grupo dá um foco maior em questões como o governo chegou adotar determinada política pública, qual foi o caminho utilizado, quais foram os fatores que interferiram para que o governo tomasse certas decisões e excluíssem outras. O importante nesta visão da Política Pública não é identificar qual é a melhor abordagem para se estudar este fenômeno, mas sim saber que as duas abordagens discutem partes diferentes do mesmo objeto e que uma completa a outra. Os modelos analíticos escolhidos para este trabalho *Fluxos Múltiplos* e a *Coalizão de Defesa* são exemplos de estudos que podem integrar as duas abordagens, porém se relacionam mais às abordagem pós-positivista.

CAPÍTULO 2 – MODELOS DE ANÁLISE: FLUXOS MÚLTIPLOS E COALIZÃO DE DEFESA

Para realizar a pesquisa é necessário destacar os principais conceitos dos modelos de análise Fluxos Múltiplos e Coalizão de defesa, para isso foi desenvolvido neste capítulo uma introdução aos modelos de análise mencionados acima, mostrando quais foram os seus idealizadores, os objetivos propostos por cada modelo e o resumo de seus principais conceitos.

2.1. O Modelo de Fluxos Múltiplos

O modelo de Fluxos Múltiplos (M.F) consiste em esquematizar como surge a agenda política, Kingdon identificou três fluxos independentes na formação da agenda são eles o fluxo dos problemas, fluxo das soluções ou das políticas públicas e o fluxo político. Esses fluxos caminham em trilhas independentes umas das outras, mas quando ocorrem, desses fluxos se encontrarem, surge a Janela de Políticas públicas, Kingdon (2013). Essa janela política representa um terreno fértil para o surgimento de políticas públicas e montagem da agenda, mas para que isso ocorra, faz necessário uma figura muito importante no modelo de Kingdon que é o Policy Entrepreneur (Empreendedor de política pública), este é o responsável por identificar o momento de abertura da janela política e iniciar o seu empreendimento político, ele aproveita esse momento para inserir políticas públicas na agenda do Governo, Monteiro et. al (2018), Almeida et al. (2013), Capella (2006).

O Fluxo dos problemas segundo Kingdon analisa quais são os problemas que a sociedade se preocupa, partindo do pressuposto que as pessoas não conseguem dar uma devida atenção em todas as demandas da sociedade, então elas concentram suas atenções em apenas algumas delas e ignorando outras Capella (2006). Kingdon para analisar processo de seleção dos problemas diferencia problemas e questões. As questões é tudo aquilo que a sociedade demanda, são os problemas gerais como saúde, educação, segurança, má distribuição de renda e outros, que as pessoas solicitam que o estado interfira de alguma forma. Para o autor essas questões só se tornam problemas quando os Formuladores de Políticas Públicas dá alguma atenção para determinada questão. Essas questões se tornam um problema através de três mecanismos que são: a) Indicadores, alguns exemplos de indicadores são taxa de mortalidade infantil, taxa de criminalidade índice de qualidade de vida e outros; b) Crises, por exemplo, desastres naturais, problemas de infraestrutura que causa algum tipo

de acidente e outros; c) e feedback das ações governamentais como uma análise e avaliação de políticas públicas já existentes, solicitadas por pastas administrativas do poder executivo.

O Fluxo de soluções de acordo com Capella (2006) faz uma analogia a processo biológico de seleção natural, essas soluções são formadas por comunidades geradoras de alternativas, compostas por especialistas, pesquisadores, assessores parlamentares, acadêmicos, funcionários públicos, grupos de interesses e muitos outros. As soluções ficam misturadas em um caldo primitivo, neste caldo algumas idéias sobrevivem e outras vão se combinando em novas propostas e algumas são descartadas. Segundo o autor o que faz algumas idéias sobrevivem, são as que se mostram viáveis do ponto de vista de custo, implementação, aceitação popular e outros critérios.

O fluxo político é composto por três elementos que exercem influência sobre a agenda governamental: a) clima ou humor nacional o que é caracterizado quando diversas pessoas compartilham as mesmas questões durante um período de tempo, isso possibilita que algumas idéias sejam mais propícias a serem aceitas pelos policy makers enquanto outras são descartadas; b) o segundo elemento que integra o fluxo político é composto pelas forças organizadas ou grupos de pressão, de acordo com esses fluxos os formuladores analisam se algumas questões são propícias para entrar na agenda do Governo. Quando há um conflito entre grupos de pressão diferente ou grupos organizados da sociedade civil as questões levam mais tempo para entrar em na agenda do governo ou dependendo do intensidade do conflito podem não entrar; c) mudanças dentro do próprio Governo, essas mudanças podem ser referente a eleições, a composição do congresso, e mudanças nos cargos de comando dentro de empresas governamentais ou ministérios do poder executivo. Capella (2006).

Portanto as mudanças na agenda política acontecem quando há a junção dos três fluxos, fenômeno denominado por Kingdon como janela de políticas públicas, sendo que, essas são influenciadas, sobretudo pelo fluxo de problemas e o fluxo de política, o fluxo de solução não exerce uma influência direta sobre a agenda as propostas e soluções elaboradas na comunidade chegam agenda apenas quando as questões da sociedade se tornam problemas, ou seja, o fluxo de soluções só é utilizado a partir do momento que os formuladores consideram que uma questão da sociedade é um problema, e que deve ser discutido necessitando de uma solução. As mudanças na agenda política podem acontecer tanto de uma forma programada como eleições, transição de cargos no administrativo, mudanças no congresso, mudança nas presidências de estatais e em algumas fases do ciclo orçamentário.

Outras janelas abrem de uma forma não programada ou imprevisível como, por exemplo, um impedimento de Presidente no caso de um regime democrático ou algum acontecimento trágico como a morte de um ditador nos países não democráticos causando assim a oportunidade na agenda do governo. Outros eventos não programados que podem gerar mudanças na agenda são; escândalos políticos, desastres naturais e muitos outros. Da mesma forma que uma janela política pode abrir ela também se fecha; por exemplo, quando há alguma mudança no governo a janela que estava aberta para algumas idéias se fecha, abrindo para outras, por isso se faz necessário a figura do empreendedor político. Kingdon destaca a figura deste empreendedor de políticas públicas que seria como empreendedores de negócio, pois esses investem tempo, energia, reputação e dinheiro para a promoção de uma política pública que lhe renderá benefícios futuros, esses indivíduos podem estar no governo ou fora dele, empreendedor de políticas públicas é um indivíduo especialista em uma determinada questão com habilidades de persuasão e de representar idéias de grupos de interesse e desfruta também de uma posição de autoridade dentro do processo decisório com conexões políticas, são muito persistentes na defesa de suas idéias levando essas questões em diferentes fóruns. Consegue também juntar os três fluxos sempre atentos a abertura da janela política, o empreendedor sempre deve estar pronto para oportunidade da janela, pois se o momento da abertura passar ele deve esperar outra abertura que pode levar tempo.

O quadro a seguir define os principais conceitos do modelo de fluxos múltiplos.

Quadro 2.1 – O modelo de Fluxos Múltiplos e seus conceitos

Fluxos Múltiplos	
Principais Conceitos	Definição
Fluxo dos Problemas	Este fluxo consiste em analisar como as <i>questões</i> da sociedade são consideradas como problema pelos Formuladores de Políticas Públicas, kingdon diferencia Questões de Problemas. Questões são todas as demandas da sociedade que existe, mas os formuladores de políticas públicas não reconheceram que algo deve ser feito por essas questões, ou seja, questões são demandas que os formuladores, ainda não

	<p>voltaram à atenção para elas. Essa Questão só se tornam problemas quando os formuladores reconhecem que a questão demanda a ação do Governo. Estes reconhecimentos se dão por três grupos de ferramentas: A) Indicadores. B) crises, desastres e símbolos. C) Feedback das ações do Governo.</p>
Fluxo de Soluções	<p>Procura analisar como surgem as propostas de Políticas públicas, como elas são desenvolvidas. Segundo Kingdon as “idéias sobre o que fazer” Surge nas comunidades de políticas, comunidades estas que são constituídas por diversos atores, exemplos: acadêmicos, assessores parlamentares, funcionários Públicos e outros. Essas idéias são excluídas ou combinadas com outras em um processo competitivo de seleção, alguns fatores podem fazer que essas idéias resistam, por exemplo: a viabilidade de implementação, aceitação pelas diversas comunidades de políticas, custo, aceitação da opinião pública e a receptividade dos policy makers. Contudo apenas algumas serão consideradas enquanto outras serão descartadas, Capella (2006).</p>
Fluxo Político	<p>Busca analisar a dimensão política, ou seja, analisa três elementos chaves que influencia diretamente a agenda governamental, são eles: Clima ou Humor Nacional, que corresponde ao debate de diversas pessoas durante um determinado período de tempo, com o clima favorável é propícia a difusão de certas idéias, com o clima desfavorável desestimula a ação de outras questões. Segundo elemento é exercido pela influência dos grupos políticos organizados, principalmente os grupos de pressão, o apoio ou a oposição desses grupos determina se haverá consenso ou conflito para implementação de determinadas propostas. O terceiro e último é a mudança dentro do próprio governo, como mudanças na estrutura governamental, cargos de confiança no poder executivo.</p>
Janela Política	<p>A janela política ocorre quando há a convergência dos três fluxos gerando a oportunidade de mudança na agenda política, de grosso</p>

	<p>modo isso ocorre quando um problema é reconhecido pelos formuladores, tem uma solução pronta para o problema público e as condições políticas estão favoráveis. Uma ressalva de Kingdon é que o fluxo de soluções não tem uma influência direta na abertura da janela política, pois as propostas chegam à agenda apenas quando o problema já está definido, em suma, mesmo que a mudança na agenda faz necessária a convergência dos três fluxos à oportunidade para a mudança que é a abertura da janela política é influenciada basicamente apenas pelos fluxos dos problemas e o político. Essas oportunidades podem se dá de uma forma previsível, por intermédio de eleições, mudança de cargos de confiança e final de ciclo orçamentário. Como pode ocorrer de forma inesperada como a ocorrência de desastres naturais e outros. Outro aspecto importante da janela política é sua qualidade transitória, da mesma forma que ela se abre para certos estilos de políticas públicas, ela também se fecha para outras.</p>
<p>Empreendedor de Políticas Públicas</p>	<p>Kingdon compara o empreendedor de políticas públicas como um empreendedor de negócio, esses indivíduos investem seus recursos na defesa de uma idéia, eles podem estar no poder executivo, no alto escalão da burocracia, no poder legislativo ou fora do governo nos grupos de interesse, nas comunidades acadêmicas e na mídia. Os empreendedores de políticas públicas são especialistas em uma determinada questão, tem habilidades de liderança, de representar as idéias de um determinado grupo figuras de negociação, são influentes no meio político, muito persistentes na defesa de suas idéias são muito bons em difundir suas idéias em diversos fóruns e, além disso, consegue juntar os três fluxos, sempre atentos a abertura da janela por isso o empregador político desempenha um papel chave para mudança da agenda política.</p>

2.2. O modelo de Coalizões de Defesa

O modelo desenvolvido por Paul A. Sabatier por volta de 1980 para estudar a formulação e os processos que as políticas públicas mudam ao longo do tempo modelo denominado Advocacy Coalition Framework (ACF) ou Modelo de Coalizão de Defesa (MCD). Este modelo parte de um conjunto de primícias, e por meio de um modelo teórico explica a formulação e as mudanças das políticas públicas tendo como base algumas variáveis como: coalizão de defesa, a cola que mantém as colisões de defesa juntas, sistemas de crença, subsistemas, recursos das coalizões, aprendizado político e os policy brokers (mediadores) Vicente e Calmon (2011).

Este modelo já foi revisado diversas vezes pelo próprio Sabatier junto com Jenkins-Smith em 1998. Ele foi desenvolvido para estudar a formulação e as mudanças que ocorrem nas políticas públicas o modelo de coalizão de defesa tem um diferencial que é a inserção de crenças, valores e o papel do aprendizado político no processo de construção e mudanças na política pública, Sabatier e Jenkins-Smith (1998); Vicente e Calmon (2011).

Pessoas de uma variedade de posições (representantes eleitos e funcionários públicos, líderes de grupos de interesse, pesquisadores, intelectuais e etc.), que (i) compartilho determinado sistema de crenças: valores, idéias, objetivos políticos, formas de perceber os problemas políticos, pressupostos causais e (II) demonstram um grau não trivial das ações coordenadas ao longo do tempo. (SABATIER, 1988, p.139)

Essas colisões se formam por motivo de um compartilhamento de idéias e crença, ou seja, o que mantém as coalizões unidas por afinidade entre os atores e comunidades que Sabatier denomina de “cola”. A partir do momento que as coalizões de defesa são formadas elas trabalham para que suas crenças compartilhadas se tornem políticas públicas Sabatier, Jenkins-Smith (1998).

O aprendizado orientado a política pública é muito importante para a formulação de uma política pública, denominado por ele *policy-oriented learning* consiste em um aprendizado derivado de acúmulo de estudos e conhecimento das colisões de defesa tornando-as cada vez mais forte, esse sistema de aprendizado ocorre nos subsistema Vicente e Calmon (2011). Sabatier entende o subsistema de políticas públicas como um conjunto de indivíduos ou um coletivo de atores de uma variedade de organizações públicas, privadas ou da sociedade civil (grupos de interesse, órgãos governamentais comissões do legislativo,

jornalistas analistas políticos cientistas pesquisadores e outros) em um determinado escopo geográfico, que está realmente preocupado com questões de políticas públicas e que tenta influenciar as decisões naquela área Sabatier e Jenkis-Smith (1998).

Alguns parâmetros relativamente estáveis que estão fora do subsistema podem interferir na sua dinâmica são: os atributos básicos da área do problema, distribuição básica de recursos naturais, valores socioculturais fundamentais estrutura social e a estrutura constituinte básica. (Outros fatores que podem interferir no subsistema são os eventos externos e dinâmicos, são eles: mudança nas condições socioeconômicas, mudança na opinião pública, mudanças nas coalizões governamentais, decisões políticas e impactos de outro subsistema). Outros aspectos que altera o núcleo do subsistema são de longo prazo como, por exemplo, estruturas de oportunidade das colisões (grau de consenso necessário para mudança substancial), e de curto prazo o que são as limitações e recursos dos atores do subsistema.

Os eventos internos aos subsistemas são os que geram as políticas públicas, que geralmente incorpora idéias defendidas por várias coalizões dentro do subsistema políticas públicas. Trabalhando também "para mudanças institucionais e de alocações de recursos impostos pela coalizão vencedora" (VICENTE e CALMON, 2011, p.6). Em tese para conseguir essa influência as colisões disponibilizam se de várias ferramentas diretas e indiretas, a utilização dessas ferramentas acaba desagradando outras coalizões concorrentes e essas divergências entre coalizões não são nada fácil de serem resolvidas, nesse momento entra em cena a figura muito importante do policy brokers ou mediadores os mediadores podem ser:

Constituído por burocratas, parlamentares e, juízes de cortes, promotores de justiça e, mesmo, o conjunto de cidadãos do exercício do voto, que podem atuar no sentido de se chegar a acordos razoáveis que reduzam a intensidade do conflito entre as colisões no âmbito do sistema e geralmente tentam não ser membro das colisões são autores com algum poder para fazer com que os compromissos entre competidores sejam assumidos e ocorram de fato (FARQUHARSON, 2003, p. 81).

Para Sabatier e Jenkins-smith (1993) os sistemas de crenças cumpre um papel importante neste modelo analítico, pois por si própria, a política pública é disponibilizada visando atingir objetivos. Neste modo envolve valores, sendo que os agentes Governamentais

selecionam os problemas a serem atendidos pelo Governo, porque como já foi visto acima não é possível que o governo dê atenção a todas as questões públicas. Neste contexto pode se vê o papel causal dos sistemas de crença para com as mudanças na agenda Governamental. Para entender melhor, Sabatier e Jenkins-smith, (1993); Araújo, (2007), propõem um sistemas organizado com uma estrutura hierárquica para analisar a resistência das mudanças nos sistemas de crenças.

Núcleo Duro (deep core) - axiomas normativos e fundamentais; Núcleo político (policy core) - posições mais importantes sobre a política pública, concernentes às estratégias básicas, às opções programáticas e à teoria de ação para atingir os valores de deep corem no âmbito do subsistema;

Aspectos instrumentais (Secondary aspects) - decisões instrumentais, as medidas e as informações necessárias para implementar o policy corem. (VICENTE e CALMON, 2011, p.7)

No quadro a seguir será especificado os principais conceitos do modelo de coalizão de defesa.

Quadro 2.2 - Modelo de Coalizão de Defesa

Modelo de Coalizão de Defesa	
Principais Conceitos	Definição
Eventos Exógenos	São formados por dois conjuntos de eventos que acontece fora dos subsistemas de Políticas Públicas, mas que influencia fortemente o subsistemas de Políticas: 1) é relativamente estável, são basicamente: características básicas dos problemas, partilha dos imprescindíveis recursos naturais, princípios socioculturais substanciais e estrutura social; 2) eventos dinâmicos são eles; modificação das condições socioeconômicas, conversão da opinião pública, transição nas coalizões governamentais e decisões políticas e impactos de outro subsistema.
Subsistemas de Políticas Públicas e Seus Eventos Internos	Dentro dos subsistemas de políticas que são geradas as políticas públicas que regularmente associam fundamentos defendidos por diferentes coalizões, em resumo as políticas públicas são o resultado das interações de diversas coalizões.

As Coalizões de Defesa e sua Cola	Coalizões de defesa pertencem basicamente às pessoas de uma variedade de posições sociais, que compartilham determinado sistemas de crenças. A cola que mantém essas coalizões unidas são justamente os sistemas de crenças que são compartilhadas entre os seus membros. Diversas coalizões interagem dentro do subsistema e é desta interação que surgem as mudanças institucionais; e destinação dos recursos públicos determinada pela coalizão vencedora. Dentro do subsistema cada coalizão tem determinado combo de recursos e essas selecionam estratégias de acordo com seus sistemas de crenças para alcançar suas metas políticas. As coalizões fazem uso de diversos instrumentos, teoricamente, à disposição para sua ação, esses instrumentos podem ser diretos ou indiretos, ou mesclados. Essas ferramentas são utilizadas, visando à mudança de programas e políticas públicas, provocando assim atritos ideológicos (desacordo entre os sistemas de crenças das diferentes coalizões), fazendo assim necessário a figura do Agente Negociador.
Sistemas de Crenças	O sistema de crenças além de ser a cola das coalizões são responsáveis por modelar as políticas públicas, sendo que, é por meio das crenças que as políticas públicas reúnem idéias sobre como atingir os objetivos propostos.
Agente Negociador (Policy Brokers)	Os Agentes negociadores são constituídos por Burocratas, parlamentares, juizes de cortes, promotores de justiça e os cidadãos com o poder do voto, são esses responsáveis por amenizar o fervor do atrito entre as coalizões dentro do subsistema, quase sempre esses tentam não fazer parte das coalizões. O Agente Negociador são atores com algum tipo de poder para fazer com que as coalizões concorrentes cumpram os compromissos assumidos.

CAPÍTULO 3 – COMO OS CONCEITOS DE INTERESSE E CONFLITO APARECEM NOS MODELOS DE FLUXOS MÚLTIPLOS E COALIZÃO DE DEFESA?

3.1. Interesse e conflito

Para estudar como os modelos de análise Fluxos Múltiplos e Coalizão de Defesa trabalham com os conceitos de interesse e conflito, é preciso primeiro verificar como eles surgiram na política e suas devidas importâncias. Para entender o valor do elemento interesse no processo de construção das políticas públicas partimos do início do conceito. Segundo Filgueiras (2008) de acordo com a etimologia da palavra interesse, o seu significado moderno está ligado ao ganho ou lucro obtido por transação comercial legal, e no senso comum a Idéia de interesse está entrelaçada com a definição de corrupção, que é a sobreposição dos interesses individuais pelos os interesses públicos. Segundo este autor a palavra interesse nem sempre esteve ligada a política, nas sociedades antigas como Grécia e Roma não se admitia que políticos trabalhassem em prol de interesse, pois a noção de interesse naquela época tinha uma conotação extremamente negativa e representava todos os vícios do homem, sendo que, os interesses privados sempre seriam satisfeitos antes dos interesses públicos, não sendo possível a junção de interesse e política sem que haja a corrupção.

Os antigos desconfiavam da presença do plebe no exercício efetivo do poder político, sendo a democracia considerada o mundo das paixões e dos desejos, porque continha, dentro da sua ordem, uma corrupção permanente [...], a legitimidade seria construída apenas com a eliminação dos desejos e das paixões dos agentes políticos. Os antigos não admitiam a presença do mundo privado na política, pois as necessidades corrompem o poder político. (FILGUEIRAS, 2008, p. 157).

De acordo com Filgueiras (2008), no mundo antigo existia uma separação dentro das associações políticas entre a *Vida* e o *Bem Viver*, onde a *Vida* seria o mundo dos valores comuns paixões e necessidades individuais. E o *Bem Viver* seria concebido pela política através das virtudes dos políticos onde esses seriam sempre avaliados de acordo com suas virtudes como, por exemplo, “coragem, honra, glória e prudência”. Para os antigos a

democracia seria uma forma corrompida de governo, pois seria espaço para os desejos comuns da *Vida* cotidiana não sobrando espaço para o *Bem Viver* e suas virtudes.

A admissão do interesse na política só aconteceu com o surgimento das sociedades mercantis, onde a noção de interesse é extremamente ligada com a noção de política, concebendo assim a política como o “mundo dos interesses”. No entendimento da sociedade moderna capitalista o interesse deixa de ter uma percepção imoral de vício, e passa a ser reconhecido como um valor central da política moderna. Sendo que no mundo capitalista as transações comerciais e interesse individual são fatores importantes para a manutenção da sociedade que tem como base a preservação do capital, aceitando assim, apenas uma forma de regime político que é a democracia.

Se o interesse passou a ter um sentido positivo na semântica política [...]. O capitalismo apenas admite a democracia como sistema político, porque ela é o regime de liberdades individuais que se dão no plano da representação dos interesses. Não se trata, portanto, de qualquer democracia, mas de uma democracia que permite ao indivíduo racional egoísta da modernidade representar seus interesses na esfera pública. (FIGUEIRAS, 2008, pg. 158).

Posto isso, Figueiras conclui que a diferença entre o interesse público e a corrupção ocorre apenas em uma dimensão moral e artificial criada pelas instituições políticas, sendo que os interesses privados e as paixões jamais seriam sobrepostos pelos interesses públicos, pois isto vai contra a própria concepção de democracia. Sendo assim pode se conceituar o interesse como vantagens obtidas por meio de transações comerciais de uma forma racional, onde os fins justificam os meios.

Segundo Howlett et al. (2013), identificar como e por que algumas medidas foram adotadas e outras não pelo Governo é a questão central dos estudos das políticas públicas. Como as questões públicas são interpretadas pelos formuladores políticos é primordial para que possa responder a esse quesito do estudos das políticas públicas. Segundo o autor os primeiros estudos na ciência política acreditavam que os problemas públicos tinham uma relação objetiva e que de certa forma só aguardavam ser reconhecidas pelo o governo. Posteriormente foi identificado com a tradição dos estudos pospositivista que os problemas públicos se constituem acima de tudo de processos socialmente construído, e que as

categoriais ideias, atores e instituições e seus interesses são vitais para o estudo dos problemas públicos.

Continua Howlett et. al. (2013), para analisar políticas públicas e como elas são criadas é preciso verificar o contexto da política pública de uma forma geral e verificar os interesses e conflitos das instituições, idéias e atores. Segundo o autor existe a abordagem multinível que dão foco em diferentes elementos para os estudos da política pública, esses níveis são o individual como o Public Choice que entende a escolha política como uma simples busca do indivíduo por seus interesses pessoais. Nível de coletividades como as Análises de Classe, Pluralismo e Corporativismo, que dão foco dos estudos dos interesses das coletividades. E por fim os estudos das estruturas como o Institucionalismo, Neoinstitucionalismo e o Estadismo que dão atenção para as estruturas que moldam as idéias dos indivíduos e disponibilizam a regras do jogo, além de dá uma importância especial para a autonomia do estado à frente da sociedade. No entanto todas essas teorias convergem para a importância de analisar o contexto da política pública analisando o indivíduo e seus interesses que parte das idéias que são esculpidas pelas estruturas.

Conforme Pasquino (1998) “conflito é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica em choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos” (PASQUINO, 1998, p. 235). De acordo com este autor os tipos de conflitos podem ser divididos de acordo com algumas características, são elas: dimensões, intensidades e objetivos. Dimensão e medida de acordo com a quantidade de participante. A intensidade pode ser mensurada de acordo com o envolvimento dos atores, e na sua disponibilidade de levar o conflito por muito tempo. E por último e o mais penoso de se identificar que é de acordo com seus objetivos que envolvem varia teorias de conflito de mudanças sociais.

Para identificar como o interesse e o conflito são trabalhados em cada modelo é necessário identificar todo o contexto da política pública, verificando quais são os atores e identificar as estruturas políticas, econômicas e sociais que moldam suas idéias e interesses. (a) Identifica qual é o ator de cada conceito e quais são os interesses, (b) quais são as instituições ou a instituição que esses atores fazem parte para identificar qual é o conjunto de idéia que constrói seus interesses, e como eles vão se beneficiar com a determinada ação. Para isso será definido os tipos de atores: 1) Políticos eleitos que são os membros eleitos do executivo e legislativo (2) O público mesmo sendo um ator com um poder direto muito baixo referente às políticas públicas, o público pode interferir indiretamente através do voto e

opinião pública. (3) Burocracia, sua função é auxiliar o poder executivo, mas o seu papel nos modelos políticos atuais vai muito, além disso, esses servidores públicos exercem um papel central na política pública. (4) Partidos políticos têm o papel de intermediar o contato da população e os governos, também e o provedor de pessoal para os cargos eletivos. (5) Grupos de interesse ou de Pressão são grupos que advogam pelos interesses econômicos ou valores sociais de seus societários. (6) Organizações de pesquisa são grupos compostos de pesquisadores universitários que têm forte influência política em áreas de temáticas específicas. (7) Comunicação de massa alguns teóricos considera que a influência dos meios de comunicação exerce um papel central nas políticas públicas, e quanto, outros teóricos consideram o seu papel secundário, mas o que não pode negar e sua influência principalmente na formação da opinião pública. (8) Experts e consultores de política pública são pesquisadores acadêmicos específicos de política pública esses trabalham com pesquisas contratadas pelo Governo, público ou pela sua própria curiosidade. (8) Atores internacionais Howlett et, al. (2013).

As estruturas políticas econômicas são identificadas por duas meta instituições no caso Brasil; são elas: o Capitalismo e Democracia. Outro contexto que deve ser analisado é o Sistema Político, por exemplo, se é um país de molde Federativo ou Unitário, outra variável é a relação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, se o molde de governo é parlamentarista como no caso da Austrália e Reino Unido, presidencialista como exemplo Brasil e Estados Unidos ou um sistema misto como é na França Howlett et. al. (2013). Para analisar o conflito da mesma forma devem-se identificar quais são os atores políticos e analisar qual é o recurso escasso que esses competem.

3.2. Os Modelos de Fluxos Múltiplos e Coalizões de Defesa - como interesse e conflito aparecem nos modelos?

Como vimos, dois modelos são amplamente utilizados para estudar o processo de formulação de políticas públicas, sendo que o de Fluxos Múltiplos surgiu inicialmente para estudar de formação da agenda, sendo em seguida utilizado para contemplar todo o processo de formulação também.

Trata-se de *frameworks*, ou seja, de um modelo que agrega vários conceitos e os relaciona em um quadro conceitual que direciona a análise. Para analisar cada conceito usarei

um mesmo exemplo fictício para todos os conceitos, que é: ex. Uma questão de infra-instrutora de um bairro de periferia, onde suas ruas não foram asfaltadas, e seus moradores exigem uma ação do Governo para que esse problema seja sanado, o contexto político econômico é o Brasil um país Capitalista com um sistema democrático, sistema político federativo e presidencialista.

Os quadros a seguir mostram como as categorias conflito e interesses se relacionam aos principais conceitos dos modelos de Fluxos Múltiplos (Quadro 3.1) e de Coalizão de defesa (Quadro 3.2).

Quadro 3.1 – Interesse e Conflito no modelo de Fluxos Múltiplos

Modelo Fluxos Múltiplos		
Conceito	Interesse	Conflito
Fluxos dos Problemas	Sabendo que o Fluxo do problema e onde uma questão política chama a atenção dos formuladores de políticas públicas (FPP) e se torna um problema, pode se concluir que o principal interesse trabalhado deste conceito é que determinada <i>questão política</i> se transforme em <i>problema político</i> . No exemplo mencionado acima podemos identificar que o atores da questão política são o público do bairro, políticos eleitos do legislativo (vereadores) que tem como base eleitoral naquele bairro o interesse desses atores é que a questão da	Referente ao conflito pode identificar vários outros atores antagônicos que vão disputar a atenção dos formuladores de políticas públicas como, por exemplo: moradores de outros bairros que precisa desta política pública, ou até mesmo outras áreas de política como saúde e segurança que podem entrar e conflito pela atenção do FPP.

	falta de asfalto seja transformada em um problema na visão dos FPP.	
Fluxos das Soluções	Fluxo de soluções pode ser identificado como atores Organização de pesquisa (engenheiros de infra-instrutora), e experts e consultores de política pública (assessor parlamentar, cientistas políticos e outros). O interesse desses grupos pode ser o reconhecimento profissional, acesso a orçamento para pesquisa entre outros.	O conflito justamente pode se dá justamente entre esses atores Organizações de pesquisa e experts por disputa de reconhecimento e acesso ao orçamento para pesquisa.
Fluxo Político	Neste conceito pode ser onde se concentra a maior parte dos atores, mas os centrais pode se dizer que são: políticos eleitos, burocracia, partidos políticos, grupos de interesse e comunicação de massa. O maior interesse desses atores pode ser a conservação da agenda ou a mudança total dela.	O recurso escasso que pode gerar o conflito entre esses atores, de certa maneira, é a implementação de sua agenda política ou a conservação.
Janela Política	Neste conceito os atores que podem influenciar de certa forma é reduzido, mas os que têm influência ou que participa deste momento são burocracia e políticos eleitos.	Como este é um momento crítico no modelo, e a fase onde pode ocorre o maior conflito, pois é um estágio decisivo onde uma política pode ou não entrar na agenda política.

Empreendedor de Política Pública	O empreendedor é uma figura central neste modelo, e faz necessário que essa figura seja dos grupos de atores com influência direta na formulação de políticas públicas, por exemplo: políticos eleitos, burocracia e partidos políticos. Seu principal interesse é influenciar outros atores para que aumente sua base de apoio.	O principal conflito é com outros empreendedores político e o recurso escasso é o apoio político.
----------------------------------	--	---

Quadro 3.2 – Interesse e conflito no modelo de Coalizão de Defesa

Modelo de Coalizão de defesa		
Conceito	Interesse	Conflito
Eventos Exógenos	Neste conceito existe uma gama de atores muito grande, pode se dizer que todos os atores mencionados fazem parte desse grupo, o principal interesse destes é a interferência, ou melhor influenciar o sub sistemas de políticas públicas.	O conflito neste conceito é muito intenso, pelo motivo da quantidade de atores que fazem parte desse conceito, e pode ser dizer que o recurso em disputa é a capacidade de influenciar o subsistema de política pública.
Subsistemas de Políticas Públicas e seus Eventos Internos	Este conceito engloba e denomina um conjunto de atores de coalizão de defesa, essas coalizões são formadas por uma gama variada de atores que compartilha a as mesmo idéias e tem interesses parecidos, geralmente essas	O conflito neste conceito se dá entre as diversas coalizões que disputam a capacidade de manter ou mudar o <i>status quo</i> de determinado subsistema político, gerando assim mais poder e recurso de verbas para a coalizão.

	coalizões são formadas pelos: políticos eleitos, burocracia, partidos políticos, grupos de pesquisa e experts e consultores políticos. O seu principal objetivo ou interesse é manter o seu sistema de crenças como crença hegemônica naquele subsistema de política pública.	
A Coalizão de defesa e Sua Cola	A coalizão de defesa como já foi mencionado é um conjunto de atores que tem um sistema de crença que faz com que estes encontrem interesses compartilhados.	Dentro dessas coalizões existe bastante conflito referente detalhes pontuais dentro do sistema de crença, mas essas divergências não alteram o núcleo duro do sistema de crença.
Sistemas de Crenças	Neste conceito não existe um ator principal, pois é mais os interesses gerais de uma determinada coalizão.	Aqui o conflito é de idéias para alcançar aquela que de uma forma mais satisfatória para os atores possam atingir os objetivos de determinada coalizão
Agente Negociador	São atores teoricamente fora do jogo político como juizes de cortes, promotores públicos e outros, com algum tipo de poder para fazer com que as coalizões cumpram as regras do subsistema de políticas públicas.	O conflito justamente se dá com as próprias coalizões.

CAPÍTULO 4 – CASOS ILUSTRATIVOS DE APLICAÇÃO DOS MODELOS DE FLUXOS MÚLTIPLOS E COALIZÕES DE DEFESA NO BRASIL

Procedeu-se a uma busca da literatura brasileira a fim de encontrar e analisar casos ilustrativos do uso dos modelos de Fluxos Múltiplos e Coalizão de Defesa no Brasil, a fim de verificar de que forma os conceitos de conflito e interesses aparecem, nos modelos estudado nesta pesquisa.

Existem vários tipos de estudos de casos com pequena amostra, como o de tipo exploratório, combinativo, crítico e ilustrativo. Este último, é o tipo que se adota neste trabalho, estes são principalmente estudos descritivos. Casos ilustrativos geralmente utilizam um número bem pequeno de instâncias de um evento para mostrar como é uma situação. Os estudos de caso ilustrativos servem principalmente para familiarizar o desconhecido e fornecer aos leitores uma linguagem comum sobre o tópico em questão (Hayes et al, 2015)

4.1 Busca e seleção de casos na literatura

A coleta das amostras foi realizada da seguinte forma, foi escolhidos artigos científicos do site da Scientific Electronic Library Online – SciELO que é uma biblioteca eletrônica de periódicos brasileiros resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), junto com o Centro Latino-Americano e do Caribe de informação em Ciências da Saúde (BIREME), e desde 2002 este projeto conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O SciELO tem o objetivo de gerar uma metodologia comum para a preparação, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico, com o sucesso do projeto novos periódicos vem sempre sendo acrescentado na base de pesquisa do site.

Para seleção dos artigos, foi realizada a pesquisa no site da SciELO utilizando as seguintes palavras chaves; primeiro pesquisa para o modelo de Fluxos Múltiplos foi feita com a palavra “Fluxos Múltiplos” onde foi encontrado dezesseis artigos, onde onze deles foi encontrado na aba coleção do Brasil, quatro na coleção de saúde pública e um da Argentina. Foi então refinada a pesquisa para somente coleção Brasil, onde foi encontrada artigos nos seguintes periódicos: três Caderno EBAPE.BR, dois Saúde e Sociedade. E nos periódicos: Caderno Saúde Coletiva, Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Physis: Revista de Saúde Coletiva, REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre), Revista de

Administração Contemporânea, Revista de Saúde Pública foram encontrados um artigo em cada um.

Na segunda pesquisa para o modelo de Coalizão de Defesa foi feita a pesquisa com a palavra chave “Modelo de Coalizão de Defesa” onde foi encontrado apenas um artigo da Revista de Sociologia e Política, por este motivo foi realizada uma nova pesquisa com a palavra chave “Advocacy Coalition Framework”, nesta segunda pesquisa foi encontrado dos doze artigos, onde na aba coleções estavam divididos nove na aba Brasil e nas coleções México, Portugal e Uruguai foram encontrados um artigo em cada, para refinar a pesquisa foi selecionado apenas os artigos da coleção Brasil.

Para selecionar os artigos para a análise foi seguido os seguintes pressupostos; primeiro a aplicação da teoria ou uso da teoria é melhor quando as teses passam a ser mais difundidas, neste sentido foram escolhidas as mais recentes, outro critério que foi usado é que aplicação do modelo em vários tipos de políticas públicas pode ser diferenciado e assim melhorando a pesquisa na visão científica. Dessa forma foram escolhidos artigos que estudam diferentes políticas públicas e o último critério e a área de pesquisa dos autores dos artigos, escolhendo autores que trabalham com temas dentro da área das Ciências Sociais com o pressuposto de que possivelmente há a possibilidade destes autores trabalharem com os elementos de interesse e conflito.

4.2 Artigos selecionados que utilizam Fluxos Múltiplos

Os artigos Selecionados que trabalham o modelo de Fluxos Múltiplos foram: a) “Formulação de Política Pública de Saúde: Análise do Projeto Teias à Luz do Modelo dos Fluxos Múltiplos de Kingdon”. b) “A Instituição de Reserva de Vagas na Universidade Pública brasileira: os meandros da formulação de uma política.”. c) “A inclusão de catadores em programas de coletas seletiva: da agenda local à nacional”.

4.2.1 Formulação de Política Pública: Análise do Projeto Teia à Luz do Modelo dos Fluxos Múltiplos de Kingdon

Este artigo foi realizado pela professora Maria Gracinda Teixeira que tem formação em Ciências Sociais e doutorado em Sociologia sua área de pesquisa compreende políticas públicas, administração pública, desenvolvimento local e regional, Estado e Governo e sua relação com as organizações e a sociedade. Junto com Antonio Lima Ornelas Mestre em

Gestão de Ciência e tecnologia em saúde pela Escola nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, eles analisaram a política pública Teias (Território Integrado de Atenção à Saúde) de município do Rio de Janeiro, com o objetivo de caracterizar as circunstâncias que favoreceram a entrada do projeto Teias na agenda política do Município do Rio de Janeiro, utilizando o modelo de análise Fluxos Múltiplos. Teixeira, Ornelas (2018). A metodologia utilizada foi a análise qualitativa através da utilização do Modelo de Fluxos Múltiplos mais a aplicação de entrevistas nos atores que tiveram importância na implementação do projeto Teias.

Quadro 4.2.1– Artigo ilustrativo Fluxos Múltiplos número 1

Título: Formulação de Política Pública de Saúde: Análise do Projeto Teias à Luz do Modelo dos Fluxos Múltiplos de Kingdon. Teixeira (2017).	
Conceitos	Resumo e como trabalha com noção de Interesse e Conflito
Fluxo dos Problemas	Os autores dividiram este conceito em três unidades de análise: indicadores (atenção básica deficiente, baixa cobertura do programa saúde da família e modelo de gestão frágil); eventos, crise e Símbolos (chegada do Programa Aceleração do crescimento PAC, definição do modelo de gestão da saúde); feedback (ampliação da cobertura do programa saúde da família e a conversão da fiotec em Organização Social). Fluxos Teixeira, Ornelas (2018). Referente como os autores trabalharam a noção de interesse e conflito não ficou claro neste fluxo, mas de acordo com a análise do artigo ficou evidente como pode identificar os atores deste fluxo e seus interesses, como por exemplos o interesse do Governo Municipal do rio de Janeiro em ampliar a abrangência do PSF e com isso conseguir mais recurso do Governo Federal através do PAC. Referente conflito não foi identificado nada que possa nos ajudar a identificar algum conflito, primeiro por que os autores não identificaram atores antagônicos na implementação da política pública, isso pode ter como explicação os Governos Federal, Estadual e Municipal participarem da mesma coalizão.

Fluxo das Soluções	Modelo de território integrado de atenção à saúde (Teias). Neste fluxo fica também evidente o interesse da Fiotec em implementar essa política pública, sendo que esses já tinha certa familiaridade com o projeto, outra evidência é o secretário de atenção básica de Saúde ser um pesquisador da Fiotec. Referente ao conflito não foi identificado.
Fluxo político	Neste fluxo os autores identificaram duas unidades de análise: clima (eleitos uma única coalizão á nível dos Governos Federal, Estadual e Municipal; Organizações das forças políticas (Ministério da Saúde define a estratégia no molde do projeto Teias, Governo do Estado coordena as obras do PAC, Governo Municipal define a gestão da saúde através das Organizações Sociais, Fiocruz assume a gestão local), Fluxos Teixeira, Ornelas (2018). Neste fluxo é possível facilmente encontrar os atores principais e seus interesses como, por exemplo, os Governos Federal, Estadual e Municipal tem como interesse comum utilização das verbas do PAC e o sucesso da coalizão formada por eles. Quanto referente a conflito não foi identificado.
Janela Política	Foi definida pela, (a) Ampliação da visão do processo saúde-doença, (b) PAC, (c) urgência de ampliar a cobertura do PSF; (d) confluência política do interesse da coalizão formada entre os Governos; (e) a ocupação de cargo estratégico no Ministério da Saúde, como o secretário de Atenção à Saúde, por um pesquisador da Fiocruz.
Empreendedor de Política Pública	O empreendedor de Políticas Públicas não foi Identificado pelos autores, mas ficou claro o protagonismo da Fiocruz/Fiotec, foi possível identificar através da narrativa dos entrevistados como a Fiotec foi a responsável por juntar os fluxos no momento certo, ou seja, a Fiotec habilidosamente souber reconhecer a oportunidade da Janela Política. Seu principal interesse foi continuar no trabalho de pesquisa que já efetuava no PSF, pois se ela não se adéqua aos novos moldes impostos pela coalizão

	<p>formuladora da política pública representada pelo governo municipal, como bem foi dito pelo entrevistado três, possivelmente ela iria fechar as portas, dessa forma há uma possibilidade de reconhecer um conflito entre o Governo Municipal e os moldes antigos da Fiotec.</p>
--	--

É importante concluir que não houve um estudo focado dos autores pelos elementos de interesse e conflito, mas foi identificado mesmo que não propositalmente o elemento de interesse aparece em todos os fluxos. Referente ao elemento conflito não ficou claro se houve algum evento neste sentido, provavelmente pelo motivo da grande coalizão formada como foi dito neste quadro.

4.2.2 A instituição da Reserva de Vagas na universidade pública brasileira: os meandros da formulação de uma política

Este artigo foi realizado pela Doutora em Sociologia Guiomar de Oliveira Passos, professora titular da Universidade Federal do Piauí, atuando no programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Junto com o Mestre em Políticas Públicas pela Universidade federal do Piauí Marcelo Batista Gomes . O artigo consiste em analisar como foi o processo de inserção das políticas de cotas na Universidade Federal do Piauí. Verificando a motivação, objetivos e atores envolvidos, para isso os autores utilizam-se do Modelo de Fluxos Múltiplos.

Quadro 4.2.2 – Artigo Ilustrativo Fluxos Múltiplos número 2

<p>Título: A instituição da Reserva de Vagas na universidade pública brasileira: os meandros da formulação de uma política. (Passos e Gomes 2014)</p>	
Conceitos	Resumo e como trabalha com noção de Interesse e Conflito
Fluxo dos Problemas	<p>Apesar dos autores não definir explicitamente o fluxo dos problemas, foi possível identificá-lo através da leitura do texto, identificando os atores e seus interesses como a Administração Superior (Reitoria) com o interesse de diminuir a desigualdade em que o acesso na universidade se encontrava, pois como foi identificado no artigo à taxa de acesso de alunos de escola</p>

	<p>pública era muito baixa comparada com os das escolas privadas, e essa desigualdade aumentava quando analisado o acesso dos cursos de alto prestígio como o de medicina, além de expandir o tamanho da universidade. O conflito não foi identificado neste fluxo.</p>
Fluxo das Soluções	<p>Da mesma forma do fluxo anterior, foi identificada com o estudo do texto, a solução já vinha sendo aplicadas em outras universidades do Brasil com a reserva de cotas raciais, mas a inovação da UFPI foi a de reservar as cotas para alunos de baixa renda comprovada pela conclusão de todo o ensino médio em escolas públicas. Os atores deste fluxo foi ampliado, pois além da solução dada pela UFPI, existia políticas vindas do Governo Federal, como a própria cota racial, onde o conselho da reitoria não via com os mesmos olhos, para solucionar o problema da desigualdade no acesso à universidade. Neste fluxo foi identificado o conflito com faculdade de medicina e alguns ex-diretores, que não compartilhava o interesse em disponibilizar cotas para alunos de baixa renda.</p>
Fluxo político	<p>O fluxo político era favorável, pelo interesse do Governo Federal em ampliar o ensino superior e a reitoria e seu conselho com interesse em democratizar o acesso à universidade. Referente a conflito nesse fluxo não foi identificado nenhuma disputa.</p>
Janela Política	<p>A janela foi identificada pelo motivo da discussão dentro da UFPI da questão referente o problema do acesso dos alunos da rede pública nas universidades federais, e o interesse do Governo federal em ampliar o ensino superior. Neste fluxo também não foi identificado conflitos.</p>
Empreendedor de Política Pública	<p>O empreendedor de política Pública foi identificado como a reitoria da UFPI que identificou a oportunidade da Janela Política e soube amarrar com o fluxo do problema, solução e político.</p>

	Neste fluxo também não foi identificado uma discussão referente a conflitos.
--	--

Foi evidenciado neste quadro que, os autores deste artigo não abordou o tema interesse e conflito, mas os elemento interesse e percebido em todos os conceitos do modelos de fluxos múltiplos, quanto ao elemento conflito não foi abordado por eles.

4.2.3 A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local a nacional

Este artigo foi realizado pela Doutora em Administração Pública e Governo Maria Cecília Gomes Pereira junto com o Doutor em Ciências Sociais Marco Antonio Carvalho Teixeira. O artigo consiste na análise da política que levou à inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis no Programa de Coleta Seletiva, segundo os autores políticas públicas para a população de catadores só ocorria no âmbito local, e depois passou a ter a atenção nacional. Para Isso os autores utilizaram o Modelo de Fluxos Múltiplos como ferramenta analítica.

Quadro 4.2.3 – Artigo ilustrativo Fluxos Múltiplos número 3

Título: A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local a nacional. (Pereira e Teixeira. 2015)	
Conceitos	Resumo e como trabalha com noção de Interesse e Conflito
Fluxo dos Problemas	Neste conceito os autores identificaram como problema a posição de discriminação e violência sofrida pelos catadores de materiais recicláveis. Os atores envolvidos nesse fluxo são os catadores e as cooperativas como, por exemplo, a Associação dos catadores de papel, papelão e material reaproveitável (Asmare), em conflito a esses mencionados estariam o poder público com a política de higienização e a população que via os catadores como mendigos e bandidos.
Fluxo das Soluções	Neste fluxo foi identificada como solução uma política de inclusão social dos catadores. Com o protagonismo da Asmare e a participação de outras organizações civis, igreja católica e

	outros. Seus principais interesses e a organização dos catadores para reivindicar seus direitos.
Fluxo político	Referente à política favorável para a inserção da questão dos catadores na agenda política, foi favorecida pela coalizão formada pelos governos de esquerda, pois a eleição do então vereador do Partido dos Trabalhadores Patrus Ananias aliado e defensor dos catadores na câmara, como prefeito de Belo Horizonte. E outro fator chave para a inclusão para que a política chegasse ao âmbito nacional foi a eleição do Lula como presidente do Brasil, sendo que este também é do Partido dos Trabalhadores.
Janela Política	A janela se deu com o sucesso da parceria da Asmare com a prefeitura de BH.
Empreendedor de Política Pública	Os autores identificaram como empreendedores; Heliana Kátia superintendente da Superintendência de Limpeza Urbana e o prefeito Patrus Ananias.

Neste artigo foi possível identificar os atores de cada fluxo, mas referente aos elementos de interesse e conflito não houve informação suficiente para análise, mesmo os atores identificando a importância desses elementos para os estudos das políticas públicas. Os autores identificaram na conclusão do artigo que o modelo não contribuiu para análise do caso Brasil, sendo que este é diferente do tipo de sistema político dos Estados Unidos onde foi desenvolvido o modelo por Kingdon, mas o modelo se torna importante para identificar a conjuntura de fatos que levou a determinada política.

4.3 Artigos Coalizão de Defesa

Os artigos selecionados do modelo de Coalizão de Defesa foram: a) “Política Habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida.”. (b). “Coalizões de Advocacia e Estratégias de na visão do Código Florestal.”. (c). “A Política Científica e Tecnológica de Santa Catarina: análise a partir do modelo de coalizão de defesa”.

4.3.1 Política Habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida

Este artigo realizado pela Doutora em Ciência Política Geniana Gazotto Ferreira, junto com Paulo Calmon Doutor pela University of Texas System, Antônio Sérgio Araújo Fernandes Pós-Doutor em Administração Pública e Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo Urbanista e Advogada. O estudo foi realizado visando analisar as mudanças nas políticas nacionais de habitação entre os anos de 1992 à 2004, utilizando o Modelo de Coalizão de Defesa.

Quadro 4.3.1 – artigos ilustrativo coalizão de defesa número 1

Título: Política Habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida (Ferreira, Calmon e Araújo 2019)	
Conceitos	Resumo e como trabalha com noção de Interesse e Conflito
Eventos Exógenos	Os autores não especificaram os eventos exógenos, mas com a análise do artigo pode verificar que são: questão habitacional, distribuição de terras para construção de moradia, impacto ambiental e outros.
Subsistema de Políticas Públicas e seus eventos Internos	Não identifica especificamente pelos autores, mas de acordo com o que foi trabalhado pode se considerar que o subsistema onde ocorreu a disputa entre as coalizões e o extinto ministério das cidades.
Coalizão de defesa e sua Cola	Neste ponto os autores definiram explicitamente localizando os atores e interesses e conflito. Os autores identificaram duas coalizões antagônicas; coalizão sóciourbanista formada por organizações civis com interesse em políticas sociais que visavam atingir a camada da população mais carente, e a coalizão desenvolvimentista tradicional formada por empresários da área da construção civil, que visava interesse basicamente comercial visando sempre o lucro.

Sistemas de Crenças	O sistema de crença dos atores foi bem definido, uma coalizão com intenção de desenvolver uma política grosso modo com uma visão de equidade social, enquanto outra com interesse apenas comercial.
Agente Negociador	Não foi identificado no trabalho.

Conclui que neste artigo os elementos interesse e conflito foi identificado pelos autores, foi apontado que esses elementos eram o foco da pesquisa levando em consideração da sua importância para a formulação da política pública.

4.3.2 Coalizões de Advocacia e Estratégias de na visão do Código Florestal

Este artigo foi realizado pela Doutora em Administração Estelas Alves de Medeiros junto com Ricardo Correa Gomes Doutor em Gestão Pública. O trabalho consiste em analisar as Coalizões que se formaram na durante a revisão do Código Florestal brasileiro, para isso os autores utilizaram o Modelo de Coalizão de defesa como mecanismo de estudo.

Quadro 4.3.2 – Artigo ilustrativo coalizão de defesa número 2

Título: Coalizões de Advocacia e estratégia na cisão do código florestal (Medeiros e Gomes 2018)	
Conceitos	Resumo e como trabalha com noção de Interesse e Conflito
Eventos Exógenos	Os autores identificaram como eventos exógenos em quatro categorias: (1) Estratégia de Influência que compõe os seguintes fatores: informação científica, mobilização social, negociação e outras. (2) Eventos externos (sistema): decisões políticas, mudança de coalizões Governamentais, mudança na opinião pública e mudança socioeconômica. (3) Oportunidade de coalizão: abertura do sistema político, consenso para mudança. (4) Restrições e Recurso dos atores: restrições e recurso.
Subsistema de Políticas Públicas e seus eventos Internos	O subsistema não ficou explícito pelos autores, mas é possível identificar como sendo a câmara dos deputados.

Coalizão de defesa e sua Cola	Foram identificadas pelos autores as duas coalizões antagônicas, a coalizão ambiental com interesse de preservação do meio ambiente e a manutenção do antigo código florestal.
Sistemas de Crenças	Os autores identificaram dois sistemas de crença antagônicos em dois níveis; crença política e crença secundária /instrumentos. Na coalizão ambiental constituía: (1) Primeiro nível, preservação dos recursos naturais, agronegócio como o responsável pela degradação do meio ambiente e a necessidade de harmonizar o social (agricultura familiar) e ambiental. (2) Segundo nível, não alteração do código florestal, alteração por meios de instrumentos infralegais e a divulgação da nova lei. Na coalizão agricultura o primeiro nível compunha: segurança alimentar, direito a propriedade, compatibilização de produção com sustentabilidade e o sofrimento dos produtores rurais com as regras ambientais. E o segundo nível existia a crença da urgência em alterar a lei.
Agente Negociador	Os autores identificaram três Agentes Negociadores, os primeiros foram os presidentes Lula e Dilma, mas de maneira diferente um do outro, enquanto Lula tentou resolver o conflito de uma forma fechada entre os ministérios sem sua efetiva participação, a presidente Dilma atuou de uma forma protagonista sentando junto com os ministros e os representantes de cada coalizão, usou o seu poder de presidenta para botar fim a questões mais conflitantes. Outro Negociador identificado foi o relator da lei na câmara dos deputados Aldo Rebelo, este negociador no primeiro momento pareceu neutro, mas após a publicação de sua redação, foi visto o seu interesse com viés mais ruralista.

Ficou clara a participação dos atores e a exposição pelos autores dos interesses e conflitos entre as coalizões.

4.3.3. A Política Científica e Tecnológica de Santa Catarina: análise a partir do modelo coalizão de defesa

Este artigo foi realizado pelo Doutor em Administração Luiz Ricardo de Souza junto com o Pós-Doutor em Estudos em Políticas Públicas Leonardo Secchi. O objetivo da pesquisa foi analisar como constituiu a prevalência da comunidade científica de Santa Catarina como formuladores de políticas públicas na área de Política Científica e Tecnológica de Santa Catarina.

Quadro 4.3.3 – artigo ilustrativo coalizão de defesa número 3

Título: A Política Científica e Tecnológica de Santa Catarina: análise a partir do modelo coalizão de defesa (Souza e Secchi 2014).	
Conceitos	Resumo e como trabalha com noção de Interesse e Conflito
Eventos Exógenos	Não foi destacado pelos autores eventos que interfere bruscamente ao subsistema de política pública, mas foi mencionado que no governo Collor quando ocorreu abertura da economia brasileira houve uma apreensão dos empresários que investem nas políticas de ciência e tecnologia, mas esse evento não causou alguma mudança nas coalizões.
Subsistema de Políticas Públicas e seus eventos Internos	O subsistema foi identificado como a área de formulação de política pública de ciência e tecnologia de Santa Catarina, mas os autores não identificaram coalizões antagonista, que causasse algum conflito mais sério.
Coalizão de defesa e sua Cola	Os pesquisadores identificaram apenas uma coalizão que eles denominaram de Coalizão Inovação, mas segundo eles é uma ampla coalizão com diversos atores que compartilham idéias do núcleo duro e em certas ocasiões divergem as idéias do núcleo político.
Sistemas de Crenças	Os sistemas de crenças foram identificados como a idéia de conceber políticas voltadas às tecnologias exatas que ajudam no desenvolvimento das indústrias (ciências exatas).
Agente Negociador	Não foi identificado pelos autores.

Apesar dos autores não identificar coalizões conflitantes é possível ver com a análise do texto que mesmo dentro de uma só coalizão há o conflito de interesse.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos referentes às políticas públicas nas últimas décadas vêm focalizando nos elementos interesse, conflito e idéia (Tomazini e Leite 2014), neste sentido verifica-se a importância dos modelos de análise Fluxos Múltiplos e coalizão de defesa, pois nesses modelos é possível extrair informações importantes sobre como é formulada as políticas públicas. O modelo de Fluxos Múltiplos com os seus conceitos com os fluxos de problema, política pública e político, junto com a noção de empreendedor político e janela política oferece possibilidades de análise das políticas públicas, mas por ter conceitos mais abertos, pelo motivo de ter sido desenvolvido em um primeiro momento apenas para analisar a fase de montagem da agenda, acaba que os elementos de interesse e conflito não sejam destacados pelos autores. Quanto o modelo de Coalizão de Defesa com seus elementos que foca análise das idéias, interesse, coalizões e conflito é diferente, já desenvolvido inicialmente para estudar todo o processo de políticas públicas, é mais frequente uso dos elementos de interesse e conflito pelos autores aqui estudado.

No Brasil, vários setores da política pública começam a adotar estes modelos para compreenderem os processos de formulação de políticas públicas, por este motivo o objetivo desta pesquisa foi verificar como os elementos de interesse, conflito vem sendo trabalhado nos modelos Fluxos Múltiplos e coalizão de defesa no Brasil, para assim contribuir para estudos futuros sobre o tema. No que se refere ao uso dos Fluxos Múltiplos, foi identificado que os trabalhos analisados não focaram nos elementos de interesse e conflito, os artigos destacaram as partes que descreveram os eventos e que levaram a formulação de políticas públicas. Quanto ao modelo de coalizão de defesa foi identificado um foco maior aos elementos de interesse e conflito, por esse motivo as explanações sobre os elementos estudados nesta pesquisa ficaram mais claros nos artigos que utilizaram o modelo de coalizão de defesa.

Quanto à hipótese de que os modelos de Fluxos Múltiplos e Coalizão de defesa podem ser utilizados para estudos dos interesses e conflitos das políticas públicas do Brasil, foi visto que os modelos dão conta da análise desses elementos que moldam as políticas públicas, visto que em todos os artigos pesquisados os elementos de interesse e conflito apareceram claros nos artigos que usaram o modelo de coalizão de defesa, pelo motivo deste modelo trabalhar explicitamente o conceito de conflito de idéia entre as coalizões. Foram identificados também nesta pesquisa que os estudos de políticas públicas a nível nacional foi

as que mais trabalharam com o conceito de conflito. Aparentemente as políticas a nível estadual e municipal esse conceito é mais difícil de ser analisado ou se refere à lacuna nas análises. Mas isso fica como orientação para próximas pesquisas, que podem trabalhar com mais casos. Como também a utilização dos modelos de Fluxos Múltiplos e Coalizão de Defesa com foco na identificação dos atores e antagonistas analisando quais são os seus interesses e como ocorre o conflito para o acesso a agenda política, neste sentido o modelo de coalizão de defesa se mostra mais adequado, mas nada impede que o modelo de Fluxos Múltiplos seja usado em conjunto para uma análise completa e detalhada. Este procedimento tem sido adotado pela literatura internacional.

6. REFERÊNCIA

- ALMEIDA, L. SILVA, A. SILVA, M. *O Fluxos Múltiplos na Formação da agenda climática em Palmas e a participação de redes transnacionais de governos locais*. Teoria e Pesquisa Revista de Ciência Política. v 22. n 2. p. 37-49. 2013. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/271266594_Os_multiplos_fluxos_na_formacao_da_agenda_climatica_em_Palmas_e_a_participacao_de_redes_transnacionais_de_governos_locais> Acesso em 15 de dez 2019.
- ARAÚJO, S.M.V.G. *Coalizões de Advocacia na formulação da política nacional de biodiversidade e florestas*. 2007. 332 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política Universidade de Brasília, DF, 2007. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5756>> Acesso em 15 de dez 2019.
- PASQUINO, G. Conflito. In: BOBIO, N. MATTEUCCI, N. PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Tradução de João Ferreira. 11.ed. Brasília: Editora da UnB 1998.
- CAPELLA, A. C. N. *Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas*. BIB, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 61, p. 20-40, 2006. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=iBP0AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA87&ots=aFdVfLAd79&sig=HABpCpWy6XgnrmdD9NH0xEfkv4&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15 de dez 2019.
- DYE, Thomas R. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-hall, 1972
- FARQUHARSON, K. Influencing policy transnationally: Pro-and Anti-Tobacco Global Advocacy Networks. *Australian Journal of Public Administration*, [S. l.], v. 62, n. 4, p. 80-92, dec. 2003.
- FILGUEIRAS, F. INTERESSE, In: *Corrupção Ensaios e Críticas*. Belo Horizonte. p. 155-162
- HAYES, R. KYER, B. WEBER, E. The Case Study Cookbook [online]. Dez. 2015. Disponível em:
<https://web.wpi.edu/Pubs/E-project/Available/E-project-121615-64731/unrestricted/USPTO_CookbookFinal.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- FERREIRA, G. et al. *Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do sistema nacional de habitação de interesse social versus o programa minha casa minha vida*. Urbe. Rev. Bras. Gest. Urbana. Curitiba vol.11 p. 1-15 jan., 2019. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2175-33692019000100202&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 15 de dez 2019.
- HOWLETT, M. RAMESH, M. ANTHONY, P. HEIDEMANN, F. *Política Pública: Seus Ciclos e Subsistemas*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2013.

HOWLETT, M. *Acts of Commission and Acts of Omission: Legal-Historical Research and the Intention of Government in a Federal State*. Canadian Journal of Political Science, v19,p 363-71, 1986.

JENKINS, Willian. *Policy Analysis: A Political and Organizational Perspective*. Londres: Martin Robertson, 1978.

MEDEIROS, E. GOMES, R. *Coalizão de advocacia e estratégias de negociação na revisão do código florestal*. Rev. Adm. Púb. Rio de Janeiro v.53 n. 1 p. 1-22 jan./fev., 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122019000100001> Acesso em 15 de dez de 2019.

MONTEIRO, L. RODRIGUES, D. JÚNIOR, JOSÉ. *O Modelo dos Fluxos Múltiplos de Kingdon e as Políticas de Segurança Pública: O Caso do Programa “Pacto Pela Vida” de Pernambuco (2007-2013)*. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, v 12. n 2. p. 91-110. 2018. Disponível em <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/847>> Acesso em 15 de dez de 2019.

PASSOS, G. GOMES, M. *A instituição da reserva de vaga na universidade pública brasileira: os meandros da formulação de uma política*. Ensaio: aval. pol. públ. educ., Rio de Janeiro, v22. n. 85, p. 1091-1114, out./dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362014000400010&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 15 de dez de 2019.

PEREIRA, M. TEIXEIRA, M. *A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local a nacional*. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro. v 9. n3. Artigo 10. set. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512011000300011&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 15 de dez de 2019.

SABATIER, P. *An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein*. Policy Sciences, v 21. n 2, 129-168.1988.

SABATIER, P. A., & Jenkins-Smith, H. *Policy change and learning: an advocacy coalition approach*. Boulder, CO: Westview 1993.

SHARKANSKY, I. *Constraints on Innovation in Policy Making: Economic Development and Political Routines*. In Marini, Frank (org.). *Toward a New Public Administration: The Minnowbrook Perspective*, Scranton, Penn: Chandler, 1971.

SOUZA, L. SECCHI, L. *A Política Científica e Tecnológica de Santa Catarina: análise a partir do modelo de coalizão de defesa*. rev. adm. públ. Rio de Janeiro v. 48 n. 4 p. 939-960 jul./ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122014000400007&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 15 de dez de 2019.

TEIXEIRA, M. ORNELA, A. *Formulação de Políticas Públicas de Saúde: Análise do Projeto Teias À Luz do Modelo Dos Fluxos Múltiplos De Kingdon*. In: REAd Revista Eletrônica de Administração. Porto Alegre v. 24 n1. p.14-31, – Jan./abr.,2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112018000100179> Acesso em 15 de dez de 2019.

TOMAZINI, C. LEITE, C. *Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?*. Rev. Sociol. Polit., v.24. n58. p. 13-30. Jun., 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200013> Acesso em 15 de Dez de 2019.

VICENTE, V., & CALMON, P. *A análise de políticas públicas na perspectiva do modelo de coalizões de defesa*. In Anais do XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2011. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB2163.pdf>> Acesso em 15 de dez de 2019.